

ANTONIO ARALDO FERRAZ DAL POZZO
PROCURADOR DE JUSTIÇA APOSENTADO
INGRESSO MPSP: 14/02/1969 E SAÍDA 18/12/1993

Início da carreira

Depois de cumprido o meu período de estudante, fiz o concurso, numa época em que o concurso admitia apenas 20 aprovados. Um concurso duríssimo, como o é até hoje. Felizmente fui aprovado, ingressei e tomei posse numa quarta-feira de cinzas.

Logo em seguida, começamos o curso preparatório, muito insipiente naquela época, muito simples. Depois já começamos a nossa vida profissional como Promotor Substituto. E como Promotor Substituto, trabalhei em algumas varas criminais aqui em São Paulo, São Caetano, Lins, e logo fui promovido à minha 1º Comarca, que foi a cidade de Nuporanga. É tão pequena essa cidade, que se dizia que para lá só iam dois tipos de pessoas: os nuporanguenses e os nuporengano. Nem asfalto se tinha para chegar lá. Isso estou falando do ano de 1969.

Assumi então a Comarca, que nem era uma Comarca anteriormente, tinha acabado de ser criada. E lá fui eu viver em Nuporanga. Lá não tinha hotel, nem pensão, não tinha cinema.

Eu arrumei uma cama emprestada e coloquei numa sala de testemunha do Fórum e lá fiz o meu quarto. Eu morava no Fórum porque não tinha onde morar. Eu arrumei para comer, almoçar e jantar, na casa de uma senhora, pois não tinha outro jeito de fazer isso. E a primeira noite que eu estive em Nuporanga, após o jantar, e olha que o jantar era tardíssimo, 17h, ou 17h30, fui pra praça, uma praça simpática, com os alto falantes tocando música sertaneja. Foi escurecendo, os passarinhos foram dormir, tudo ficou quieto, acenderam-se as lâmpadas, que mais pareciam tomatinhos pendurados no poste de tã fraquinhas que eram, e eu comecei a pensar: meu Deus do céu, onde é que eu vim parar.

No segundo dia eu já procurei fazer amizade com as pessoas. Comecei a me inteirar da sociedade. Acontece que em Nuporanga não tinha muito serviço forense. Aliás, o juiz de Nuporanga na época era meu conterrâneo, chamava-se Dinir Salvador Rocha. Ele era de Tietê como eu. Eu brincava com ele que nós tínhamos que ouvir uma testemunha por audiência porque senão acabavam os processos e nós íamos ser postos em disponibilidade. Era uma comarca muito tranquila. Mas, o outro lado da moeda era muito triste. Era uma cidade com gravíssimos problemas sociais. Uma miséria fantástica, as pessoas com doenças. Uma cidade meio abandonada. E inspirado na obra do meu tio José Carlos, que tinha criado em Itapira o Serviço de Obras Sociais, o SOS, fui falar com ele e ele me aconselhou a montar um SOS em Nuporanga e eu fiz isso. E começamos a fazer um atendimento social da população. Arrecadando dinheiro um pouco aqui e um pouco ali, às vezes fazendo festas para arrecadar dinheiro. No final, criamos até um clube de campo lá para poder ter sócios para arrecadar dinheiro, sempre tendo em vista as atividades sociais. Aí eu aprendi a força do Ministério Público. Eu senti com a minha alma o quanto um Promotor Público é importante em uma comunidade e o quanto ele pode fazer em uma comunidade.

Esse espírito no qual eu fui imbuído nesta ocasião acabou me acompanhando pela vida. Depois eu saí de Nuporanga, fui convocado em Itapeva, cidade próxima do Paraná, onde também criei um SOS, porque também havia problemas sociais. E eu estava nessa vida, mais envolvido com o social do que com o direito, embora cumprisse as minhas obrigações de Promotor, quando esse meu tio Antônio Celso de Camargo Ferraz me perguntou se eu gostaria de fazer um curso em Milão, disse que iria, mas que só aceitaria se eu também fosse. Fui. Nesse meio tempo foram criadas as comarcas de terceira entrância na capital. Eu fui promovido para a capital, felizmente. Lá em Milão eu encontrei uma figura ímpar, uma figura iluminada. Enrico Tullio Liebman, o maior gênio do Direito Processual Civil vivo. Ele tinha uma luz tão grande, uma coisa quase indescritível. Eu que tinha aceitado ir pra Milão pra passear acabei estudando mais de 10 horas por dia e me

apaixonando pelo Direito Processual Civil, por conta do professor Liebman.

Voltando para São Paulo, estava certo de eu me tornar professor titular da Escola de Direito em Processual Civil. Comecei a fazer mestrado com a Ada Pellegrini Grinover e segui estudando. Eu tive sorte, pois estive lá no ano de 73, quando aqui no Brasil se discutia o anteprojeto do Código Civil Buzaid. E o professor Liebman, judeu italiano, na época da guerra, esteve no Brasil fugido e deu aulas na São Francisco. O Alfredo Buzaid foi aluno dele. E quando o Buzaid foi Ministro da Justiça e planejou este novo código, ele consultava o Professor Liebman a todo tempo e eu pude acompanhar o anteprojeto. Quando eu vim para o Brasil, e foi sancionada a lei do Código Civil eu conhecia o código muito bem, então eu estava apto a fazer palestras, enfim eu estava envolvido no processo. Comecei a dar aulas no Mackenzie e palestras sobre o assunto. Até que um dia, o assessor do Procurador Geral, Claudio Ferraz de Alvarenga, me ligou e disse que o procurador Geral queria falar comigo. Pensei: que coisa errada eu fiz? Vou tomar um pito, porque eu não o conheço nem faço política interna da instituição. O Procurador Geral se chamava Gilberto Quintanilha Ribeiro. Fui então conversar com o Dr. Quintanilha e ele me convidou para ser assessor do gabinete. Evidentemente eu sabia que não podia recusar o convite e aceitei na hora. E lá fui eu pro gabinete do Procurador Geral sem conhecer ninguém, logo eu que era muito tímido. Não tinha vivência institucional nenhuma. Eu não conhecia nem os membros do conselho superior. Eu não conhecia a figura mais conhecida do MP Roberto Bunhotto. O Claudio eu conhecia, porque era ele que dava férias para a gente.

Eu pedi para o Claudio quando entrasse um Procurador para que ele falasse o nome, pois eu não conhecia ninguém. Eu sentava do lado, perto dele. Quando entrava alguém, ele dizia “grande fulano”. Virou até um vício de o Cláudio cumprimentar as pessoas desse jeito para me orientar pelo nome. Ficava muito chato eu não conhecer as pessoas pelo nome.

A minha parte na assessoria foi fazer esses artigos 28 do código do processo e a distribuição dos processos e da parte gerencial da

instituição. Então eu percebi que o Ministério Público era de uma pobreza franciscana. O MP não tinha nada. Faltavam máquinas de escrever, faltavam funcionários, não tinha veículo, não tinha papel para os Promotores fazerem denúncias. Muitos Promotores, como eu mesmo, pagavam do próprio bolso. Isso foi me deixando atônito, porque a instituição tinha força como ideia na comunidade, na sociedade, mas era uma ideia vazia porque não tinha instrumental algum para agir. Ai eu comecei a me interessar pela instituição, comecei a estudar o MP, a estudar outros MPs, a teoria do MP, me dediquei há isso muito a fundo e cheguei à conclusão de que naquele momento histórico da instituição que nós vivíamos que era preciso montar um grupo político interno para lutar pela sua melhoria. Aí começamos a montar, junto com o Cláudio, um grupo de amigos e traçar alguns planos. Resumindo, o Claudio acabou se tornando o Presidente da instituição, o Luiz Antônio Fleury, o Vice, eu fui da diretoria e nós começamos a olhar a instituição de outra maneira. Naquele momento, já se começava a falar da abertura política. Nós vivíamos na época da Revolução dos Generais. E eu tinha alguns amigos que conheciam política externa mais do que eu e que garantiam que a abertura viria. Então nós começamos a montar um plano de ação para preparar a instituição para esta abertura. Então o Fleury foi eleito Presidente da Confederação do Ministério Público, através de um trabalho muito grande que a gente fez. Eu fui escolhido por ele para ser o Secretário Executivo da Confederação. Aí nós começamos uma grande peregrinação pelo Brasil. Nós fomos a todos os estados e territórios do Brasil fazer palestras sobre o MP. Naquela época, o MP era uma colcha de retalhos. Cada Estado fazia do MP o que achava que deveria fazer. Não havia nenhuma unidade nacional. Muita gente nem sabia por que estava no processo. Era uma confusão. Existiam alguns MPs mais avançados. Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul eram os que talvez mais se destacassem. Era uma confusão. Vou dar um exemplo, a gente fazia as palestras e depois a gente convidava especialistas do Estado de São Paulo para reforçar as palestras e depois trazia o pessoal de lá para ver o MP daqui. Era uma verdadeira lavagem cerebral que precisava ser feita. Em Fortaleza, no final de um desses encontros, o presidente da Associação

anunciou que teríamos uma recepção na OAB de Fortaleza e nós dissemos “mas que beleza, vocês aqui se dão bem com os advogados”, e ele respondeu “eu sou o presidente da OAB” Era isso, o MP não existia praticamente.

Fizemos esse trabalho enorme, cansativo difícil e logo depois nós fizemos o Congresso Nacional do MP aqui em São Paulo. Convocamos o Brasil inteiro e foram 1,8 mil pessoas que participaram. O tema era Ministério Público e a Constituinte

APMP: Nesta fase o senhor já tinha sido promovido para a Entrância Especial?

Eu gostaria de dar um passo para trás para lembrar duas coisas, que são curiosidades que muitas vezes são interessantes na carreira da pessoa. Primeiro que quando eu fui convidado para ser assessor eu já tinha sido promovido para a Entrância Especial, na época que era na capital. Eles acabaram com os cargos de Terceira Entrância na capital e transformaram em entrância especial e eu me torne Promotor de Entrância Especial. Mas como eu dizia, quando o Dr. Quintanilha me convidou, ele era um homem muito solene, muito formal, distante. Passados uns quatro meses eu tomei coragem e perguntei: “Dr. Quintanilha, como foi que o senhor me escolheu?” Sabe o que aconteceu? Ele respondeu: “quando vagou esse cargo queriam colocar fulano, beltrano, gente daqui de dentro e eu disse que quem seria meu assessor seria Antônio Araldo Ferraz Dal Pozzo e o pessoal quase caiu de costas por que ninguém sabia quem era e me perguntaram se era promotor. E eu disse é sim e vai ser ele”. E eu perguntei: “Como é que o senhor me conhecia?”. Dr. Quintanilha respondeu: “meu avô está enterrado em uma cidade chamada Nuporanga e eu fui visitar o túmulo dele em finados. O senhor não estava lá, mas falaram tanto da sua obra por lá que eu nunca mais esqueci o seu nome”. São os laços do destino. Foi por isso que ele me escolheu. Pelo trabalho social que eu tinha feito lá em Nuporanga.

Continuando o que vínhamos desenvolvendo, fizemos esse Congresso Nacional, teses sobre o MP foram apresentadas e a nossa intenção era constituir uma minuta de texto constituinte que agradasse a gregos e troianos para conquistar uma unidade nacional. Em junho de 1986 convocamos uma reunião na cidade de Curitiba, estava tendo Copa do Mundo, e lá nós fizemos uma discussão com todos os representantes do MP do país inteiro e dos Procuradores da República. Mas tínhamos um problema. Os MPs Nacional e Estaduais exerciam ao mesmo tempo a advocacia e o MP. E nós de São Paulo achávamos, como acho até hoje, um verdadeiro absurdo. O que resolvemos naquele momento foi que dividiríamos: o MP Federal continuava a advogar e nós proibimos essa atividade nos MPs Estaduais. Este documento passou a ser conhecido como a carta de Curitiba, que foi o documento base com o qual a gente saiu para a Constituinte. Logo depois, instaura-se a Assembleia Nacional Constituinte. Nesse momento fui promovido a Procurador de Justiça.

Minha carreira foi muito “sui generis” dentro do MP, pois havia uma regra, ainda há na verdade, que o Presidente da Associação ficava livre do trabalho forense para poder se dedicar à Associação, assim como na Confederação Nacional e os Secretários Executivos. O que aconteceu é que a minha função dentro do MP não foi muito grande, pois sempre estive em cargos de administração.

A partir de então nós desenvolvemos um trabalho que envolveu o Brasil inteiro. Muita gente colaborou e foram momentos de grandes angústias. Eu tive a honra de fazer a primeira audiência pública da Constituinte de 88. Eu tive a oportunidade de falar sobre isso. E toda essa história consta de um livro que escrevemos em conjunto, eu, o Walter Paulo Sabella e o José Emmanuel Burle Filho, que participou mais intensamente nesse momento. Nesse livro, graças à memória espetacular do Sabella, pudemos reconstruir a história, com tudo que vivemos as peripécias pelas quais passamos naqueles dois anos.

APMP: E o que mais marcou para o senhor naqueles dois anos?

O que mais me marcou foi que a maioria do pessoal envolvido na Constituição não tinha a menor ideia do que estava fazendo. Um exemplo: Afonso Arinos, que tinha sido constituinte em 1946 e foi Constituinte em 88 levantou-se da tribuna para defender uma norma que a vida toda existiu. Uma regrinha que diz que a Lei não prejudicará o Direito Adquirido, o Ato Jurídico Perfeito e a Coisa Julgada. Isso é tradição do Estado Democrático de Direito. E o Afonso Arinos debatendo o assunto e eu tinha um crachá que permitia circular no plenário do congresso e eu comecei a ouvir umas conversas “a gente não vai poder votar isso. Se a gente quer cortar as mordomias. Os caras vão alegar direito adquiridos e vamos perder o nosso trabalho”, diziam. Como se fosse possível alegar Direito Adquirido contra a Constituição.

Encontrei o Ibsen Pinheiro e disse que estava ouvindo coisas incríveis, que iria ser aprovado, mas sem unanimidade, o que é uma vergonha para a comunidade jurídica nacional. Uma norma dessa não ser aprovada por unanimidade. Aí o Ibsen, que conhecia todo mundo, chegou perto de um dos presentes e disse: “Você ainda tem aquele empréstimo no Banco do Brasil? Rapaz, se isso não for aprovado os juros vão triplicar, pois não vai ter mais garantia da Coisa Julgada, não tem Direito Adquirido”. Com isso todo mundo ficou a favor dessa norma e o latim e a sapiência do Afonso Arinos não resistiram a uma razão particular. A gente que acompanhou a Constituinte acha uma coisa incrível. Não sei como dá certo.

Nessa época tínhamos, na Constituinte, 36 integrantes entre deputados e senadores, que eram membros do MP e foram eleitos para a constituinte. Dentre eles o Ibsen Pinheiro, que era Promotor no RS e tinha uma capacidade intelectual muito grande, além de ser um político super habilidoso. Ele transformou o gabinete dele no gabinete da CONAMP e graças a ele muita coisa pode ser feita. Quero deixar o agradecimento de toda a nossa equipe ao Ibsen que foi importantíssimo, ao lado de outros.

Constituição aprovada volta para São Paulo, porque precisávamos trabalhar na Constituinte Estadual. Essa foi outra luta, mas aqui foi mais fácil, pois o que estava lá não podia ser contraditado aqui.

APMP: quando o grupo voltou com a Constituição aprovada, como o MP os recebeu?

Foi uma coisa fantástica porque ninguém podia imaginar que íamos conseguir emplacar a Carta de Curitiba. E eu posso dizer com segurança que no mundo inteiro não há um MP tão fortalecido quanto o do Brasil. E o resultado é que todo mundo foi ajudar na Constituição Estadual, pois cada Deputado é de uma região, os promotores também. Aqui a coisa andou.

Depois disso veio a Lei Orgânica Federal. A Constituição previa uma Lei Orgânica Nacional pra que todos os MPs tivessem uma base estrutural igual. E depois cada Estado fazia sua lei Orgânica Estadual com as especificidades que cada Estado exige, dadas às diferenças demográficas econômicas.

APMP: Então não tinha uma Lei Orgânica?

Tinha uma Lei Orgânica, mas a Constituição anterior era muito vaga a respeito. Tinha uma Lei Orgânica Nacional, mas que não dizia nada. Depois da nova Constituição sim. Nós nos reunimos por dezenas de horas na Confederação, porque todo mundo tinha que dar palpite. Mas conseguimos fazer a Lei Orgânica Nacional que deu aos MPs uma feição muito parecida, como é hoje.

Em seguida o nosso Procurador Geral foi convidado pelo então Governador de São Paulo, Orestes Quércia, para ocupar o cargo de Chefe da Casa Civil. Foi nesse momento que meus amigos acharam que era a minha hora de ser Procurador-Geral. E eu não vou ser hipócrita. Era algo que eu queria muito e fui.

APMP: Quais foram às primeiras providências na procuradoria?

A primeira providência que eu tomei foi elaborar um orçamento adequado ao MP. Até então os orçamentos que tínhamos eram paupérrimos, até porque até a Constituição nós éramos uma unidade de despesa da Secretaria da Justiça. A pequena parte que era destinada à Secretaria de Justiça Estadual, uma das menos beneficiadas do Estado, era dividida entre o MP, a Junta Comercial e a Procuradoria do Estado, os advogados do Estado. O que eu fiz foi contratar alguns técnicos em orçamento público para ensinar os nossos agentes e o resultado destas aulas foi uma peça orçamentária. Eu não podia contratar a peça porque teria de licitar. Bolei um jeito de chegar a esse resultado de outra maneira. Para se ter uma ideia, nós crescemos cerca de dois mil vezes em relação ao orçamento anterior. Foi um salto gigantesco. E isso só foi possível porque o Governador Quércia nos ajudou.

Enquanto esse orçamento era gestado, a minha equipe que era uma equipe imensa dentro do gabinete, estava preparando um novo MP, que sofreria mudanças desde o concurso de ingresso até a atuação dos Procuradores de Justiça de Segunda Instância.

Aquele MP antigo não cabia mais nos termos da Constituição, da nova fisionomia que ele tinha. Trabalhamos durante cinco ou seis meses em todas essas mudanças, que pretendíamos implementar. Então em outubro daquele ano convoquei todos os Promotores e Procuradores para comparecerem ao Memorial da América Latina onde eu faria um pronunciamento. Só a minha assessoria sabia o que eu ia falar, havia sigilo absoluto sobre isso. Nós fizemos um pouco de teatro proposital nesse momento. Eu subi sozinho ao palco, à mesa diretora, e comecei a ler um documento. E eu acho que a gente conseguiu interpretar tão bem o sentimento que estava reprimido no coração dos Promotores e Procuradores, que eles ficaram em silêncio absoluto. E quando eu acabei de falar, depois de uns 40 minutos, os presentes se levantaram e aplaudiram em pé. Não a mim, mas ao plano que pretendia colocar o MP sob uma

nova filosofia, completamente nova. E eu percebi que muitos não conseguiam verbalizar até aquele momento, o seu descontentamento e o que eu falei acabou colocando essa coisa toda para fora. Foi um dos momentos mais emocionantes da minha vida. Eram 1,4 mil Promotores e nem todos eram do meu partido interno, mas todo mundo aplaudiu de pé.

E qual era essa filosofia nova? Basicamente, era a ideia de transformar o Promotor do Fórum no Promotor da comunidade. Porque o Promotor daquela época exercia suas funções, recebia os seus processos, mas não era percebido que o processo nada mais é do que o sintoma de que alguma coisa na sociedade não tá andando bem. Exemplos que a gente apresentava: Esquina apresenta dez atropelamentos, mas a esquina continua lá, produzindo atropelamentos. Ou seja, não adianta só denunciar, tem de corrigir o problema. Como nos acidentes de trabalho. Assisti a uma palestra de um sindicalista, que disse que naquele ano 500 mil dedos haviam sido amputados nas prensas das metalúrgicas e provavelmente o MP falou em todos eles, mas o que adianta fazer isso? Precisamos combater as prensas senão teríamos uma legião de mutilados. A filosofia era tirar o Promotor de sua atitude passiva e transformá-lo em proativo.

Mas para isso, ele precisava interagir com os outros promotores da cidade. Havia na época cidades como Campinas que tinha mais de 20 promotores e eles não conversavam. Não havia a interação, a troca de ideias, o que seria necessário para enfrentar estes problemas aí fora.

Então nós criamos o conceito de Promotoria de Justiça, que é um órgão de administração no qual os Promotores buscam encontrar e definir os problemas da sociedade. Enfim, dá meios para que atuem juntos, porque não adianta ficar só com o processo.

Também trabalhamos o conceito de Procuradoria de Justiça. Porque todos os processos depois dos Promotores passam para os

Procuradores, que dão um parecer. Depois eles vão para o Tribunal julgar e morreu. E eu achava que a Procuradoria é o filtro por onde passam todos os processos. Os Procuradores poderiam montar uma Procuradoria e fazer uma análise mais detalhada dos problemas de atuação funcional do MP.

Essas eram as ideias básicas dessas mudanças. E que o MP deveria também, para ser uma instituição, eleger uma política pública que deveria perseguir. Por exemplo: qual é hoje a prioridade da sociedade paulista? Estamos precisando combater o tráfico. Então vamos montar um plano de combate ao tráfico. Nós temos poder para isso. E tudo isso foi feito porque nós percorremos todo o interior de São Paulo, fazendo reuniões, explicando como tudo isso devia funcionar. As pessoas não entendiam. Era uma coisa tão nova na cabeça do Promotor, que por mais que se explicássemos para as pessoas de nível superior, com preparo, elas não conseguiam entender. Foi uma mudança radical no pensamento e na maneira de agir do Promotor.

APMP: Como era a relação com os poderes executivo e legislativo das cidades?

Eu sempre preguei a seguinte filosofia. Eu sempre achei que o Promotor é um agente político tanto quanto um Deputado, um Prefeito, um Vereador. Só que cada um na sua esfera de competência. Então eu acho que o diálogo entre o Promotor e o Prefeito, o Presidente da Câmara, um Deputado é um diálogo saudável porque você evita, às vezes, toneladas de papéis inúteis com uma conversa. Mas isso não acontece. Os Promotores não fazem isso, eles adoram um processinho.

Orçamento do MP aprovado

Ao lado dessas questões mais teóricas, nosso orçamento foi aprovado. E aí nós começamos a equipar o MP, começamos a

comprar. Para se ter ideia, quando eu entrei na Procuradoria nós tínhamos seis computadores que não conversavam entre si. Quando eu sai, nós tínhamos 500 ou 600. Grande parte do equipamento do MP foi comprada naqueles dois ou três anos seguintes. Eu mandei levantar no Departamento de Patrimônio do MP quantas cadeiras nós tínhamos. E faltavam 600 para todo mundo sentar em cadeiras patrimoniadas.

Para se ter ideia, quando um Juiz se desentendia com um Promotor em uma Comarca, a primeira coisa que ele fazia era tomar o telefone e o café. E depois pedia a sala e a máquina de escrever e o Promotor ficava sem nada, porque tudo era do judiciário.

Fizemos ainda uma Lei e criamos 2,5 mil cargos de servidores do MP. Sem Promotoria, o Promotor era um homem sozinho. Ele e Deus.

Se precisasse colocar uma carta no correio, ele que tinha que ir postar. Datilografia, ele que tinha que fazer. Pegar processo, levar processo. Não tinha ninguém. Criamos cargos à semelhança do que acontecia com o judiciário porque nós tínhamos apenas 60 funcionários do MP e mais outros emprestados de outras secretarias. E quando o nosso funcionário estava bom, ele prestava concurso e passava lá na Magistratura onde os salários eram bons.

Nós estávamos em tal estado de penúria, que eu me lembro daquelas senhoras mais antigas, como a Dona Rosinha. Elas pagavam para trabalhar, porque o que elas ganhavam não dava para elas pagarem a condução e a comida. E elas só não saiam porque precisavam da aposentadoria para não morrer de fome. E eu disse a eles: “Vocês fiquem ai, aguentem firme, que eu vou consertar isso” e realmente nós consertamos. Criamos cargos e aumentamos os salários.

Hoje quando entro aqui os Promotores não me conhecem mais, mas todos os funcionários mais antigos vêm me cumprimentar, vinham, pois a maioria já deve estar aposentada.

E eu vou cometer uma inconfidência, como é para a história, posso falar. Já está prescrito mesmo. Tinha que prestar concurso público

e como é que eu ia fazer aquele bando de senhoras que ficou aqui anos emprestada concorrer com essa molecada que sabe tudo? iam perder o emprego, certamente. Então chamei o diretor geral que era o Marcos, que hoje é desembargador, se eu for preso ele vá lá me tirar. Nós vamos fazer um concurso assim: a gente publica o edital na quinta, prova no domingo e é prova oral. Na prova oral já eliminamos alguns que não prestavam muito. Com as outras vagas fizemos um concurso normal. Mas consegui botar todo mundo pra dentro. Por que era uma injustiça. Como é que eu ia deixar esse povo que se matou aqui de fora? Todos ficaram devidamente concursados.

Então o MP deu um passo gigantesco. Foi ai que comecei a construir prédios, licitar prédios, pois eu acho que o MP tem de ter seus prédios próprios. Consegui construir um, a toque de caixa, em Ribeirão Preto. Puseram até o meu nome no auditório de lá. Outros ficaram encaminhados, não sei se foram construídos ou não. Mas alugamos casas em todas as cidades para o MP.

APMP: Antes os Promotores trabalhavam em salas dos fóruns?

Sim eles ficavam numa salinha emprestada pelo Juiz. E nós conseguimos na Lei Orgânica um dispositivo que garantia que o Promotor pudesse usar o Fórum. Hoje é Lei, não favor.

Criamos também as diretorias regionais para podermos distribuir papeis e equipamentos que eram necessários.

Foi uma coisa desse tamanho que a gente organizou. Eu não fiz isso sozinho não. Eu estava na chefia, mas tinha uma turma muito boa, muito grande que ajudou. E a classe me apoiava.

Eu fiquei no cargo um ano com o Quércia no Governo do Estado e depois os outros três anos com o Governador Fleury, que até por ter sido meu colega, companheiro aqui dentro, nos ajudou muito, até mesmo em matéria financeira.

APMP: O que mais marcou para o senhor? Foram estas mudanças? E como Procurador Geral: com todos os olhos voltados em sua direção.

Hoje o Procurador Geral tem uma posição política um pouco abalada em relação ao meu tempo. Isso porque quando nós fizemos a Lei Orgânica aqui do Estado de São Paulo, eu sempre achei que o chefe de uma instituição, seja o Governador, seja o Presidente do Tribunal ou da Assembleia, seja o Chefe do MP, ele deve ter uma caneta respeitada, tem que ter poder para usa-lo, obviamente, no bom sentido. Porque é o único elemento que impõe respeito. O presidente do Tribunal tem um poder enorme. Ele dá liminar, caça liminar, ele manda. O Governador nem se fala. O Presidente da Assembleia é quem faz a pauta de votações.

E o chefe do MP também deveria ter esse poder. Tá certo, você não pode interferir no trabalho dos Promotores, porque ele tem independência funcional, o que tá certo, mas o Procurador-Geral é o único membro da instituição que pode perder o cargo por um motivo político. Ele está sujeito a um impeachment da Assembleia Legislativa. Se assim o é, o poder político tem de estar com ele. E por isso mesmo na Lei Orgânica eu coloquei que caberia ao Procurador Geral às ações de improbidade administrativas contra Prefeitos, contra Secretários, Governador, contra as autoridades políticas. Ele tem de agir politicamente.

Agora se você pega um Promotor Substituto, 22 anos, sem nenhuma experiência. Ele pode processar um Presidente da República por Ação de Improbidade e ninguém tira o cargo dele porque é vitalício. Não acho correta essa atribuição a quem não tem essa força política.

Só que essa norma foi suspensa pelo Superior Tribunal Federal.

Acho que a instituição progrediu, está fazendo esse trabalho maravilhoso de combate à corrupção, até com seus exageros, porque estamos falando de uma instituição nova, recente. 25 anos numa linha histórica não é nada. É um piscar de olhos. Isso é natura, é parte de um processo de amadurecimento. Só que eu queria o Procurador Geral com mais poder do que ele tem. Acho que devia se lutar para passar essa lei lá no Supremo, para que a instituição tenha um chefe que realmente tenha poder. Porque se o chefe não tem poder mesmo se o que os Promotores fazem for bem

feito, ao invés de serem elogiados pela classe política, serão criticados.

Eu adorei ser Procurador-Geral. Foi à coisa mais gostosa que eu já fiz na minha vida. Porque pude realizar muita coisa. Porque pude ter muitos amigos ao meu lado. Choramos juntos, comemoramos juntos, demos risada juntos, bebemos juntos. Foi um período extremamente bom, bonito, rico. Foi fantástico.

Porque nós tínhamos consciência de que estávamos plantando essa semente que ia ajudar o Brasil a ser uma democracia mais igualitária e sem tanta corrupção que é o grande problema deste país.

APMP: O Procurador-Geral de Justiça é muito assediado pela imprensa. Como era o relacionamento do Senhor naquela época com eles?

Era um relacionamento de amor e ódio. Eu criei pra mim a assessoria de imprensa, que não existia. De uma maneira geral, eu me dava bem com a imprensa, porque eu nunca escondi nada. Eu nunca fui uma pessoa de usar subterfúgio. O que era, era. O que não era não era. Só que houve um momento em que Jornal O Estado de São Paulo, através principalmente do Jornal da Tarde, brigou com o Governador Quéricia e começou a fazer uma pressão para que a Procuradoria processasse o Quéricia por atos de improbidade e outras coisas. Naquela época, o PT, que hoje reclama tanto disso, entrava com duas representações por dia na Procuradoria Geral contra os políticos. Era impressionante. E todos aqueles protocolados se transformavam em procedimentos investigatórios. Só que em relação ao Governador mesmo, nunca veio para a Procuradoria alguma coisa que justificasse mover uma ação contra o Governador. Mas foi tanta pressão, que um dia até consegui, através de um advogado amigo do Estadão, ter uma audiência com o Rui Mesquita, já falecido,

Eu disse: “O senhor está falando tanto do MP, que eu vim aqui fazer uma proposta. O senhor nomeia três jornalistas de sua confiança, eles vão ao MP, olham tudo o que estamos fazendo e se encontrarem alguma coisa mal feita o senhor pode falar mal com

razão, porque falam mal de coisas que não existem”. Ele não concordou e eu lhe disse que se quisesse mandar no MP ele teria que se tornar Procurador-Geral, porque eu não faria o que ele estava pensando. E não fiz mesmo. Tanto é que casos que eu arqueei, foram depois desarquivados até pelo MP Federal e todos morreram por improcedência.

Eu nunca quis trabalhar para a torcida. Eu acho que um processo contra uma pessoa é uma responsabilidade imensa. Eu, como advogado, faço mais psicoterapia com os clientes que consulta jurídica. Pois durante um processo, quando sujeito não tem grande estatura moral, ele não liga muito, mas um Prefeito, por exemplo, que é honesto... Você não sabe o estrago que é na vida dessa pessoa um processo. Eles ficam desesperados.

Outro dia, eu estava até brincando que vou montar um convênio com um psiquiatra ou psicólogo, para poder mandar esse povo pra lá, pois você não acredita o mal que faz. E muitas vezes realmente são coisas que não precisavam existir. Então, processar uma pessoa é um ato de grande responsabilidade. Eu sempre dizia para a minha assessoria: a minha trincheira é a Constituição Federal e a Lei. Tanto que nunca descobriram qualquer ato que eu tenha praticado para proteger a, b ou c.

O povo fala muito e quer que as coisas sejam exatamente como eles acham que são ou como o jornal escreve. E uma coisa é o que o jornal escreve e outra é o processo.

Eu sofri muito com isso, tenho em casa pilhas de jornal. Mas eu aguentei bem e resolvi que não iria ceder a impulsos mais populares.

Tanto é que o Fernando Collor de Mello acabou sendo processado e o Supremo rejeitou a denúncia. A denúncia criminal do Procurador Geral da República, que quis fazer um estardalhaço em cima do Collor. Eu nunca fiz isso.

O Sabella sofreu muito junto comigo naquela época. Ele era o presidente da Associação e a gente tinha uma pressão

violentíssima da imprensa, mas abrimos processos contra vários políticos, até mesmo parentes do Quércio.

Eu tenho uma consciência absolutamente tranquila. Faço exames de consciência, às vezes. Acho que nunca persegui um Promotor, não fiz isso. Não é do meu feitio fazer isso. As nossas licitações, apesar de todo o dinheiro que gastamos no processo de modernização do MP, foram passados por pente fino e não acharam nada de errado.

Eu sempre disse que deveríamos fazer a coisa da maneira mais limpa do mundo.

APMP: E o corregedor do senhor?

Eu tive o José Guarino Marcos Garcia, que foi um dos corregedores, o Luiz Cesar Gama Pellegrini e o Irahya Baptista de Abreu. De todos os tipos. O Guarino era uma pessoa muito afável, muito boa, incapaz de grandes perseguições, essas coisas. O Irahya era o contrário. Era um “ferra brasa”, mordida até. Era meu amigo, mas ele era bravo. Ele achava que isso é que era ser corregedor. E depois o Pellegrini, que é uma pessoa formidável, meu amigo de pescaria há mais de 30 anos. Ele era uma pessoa tranquila, uma pessoa que sabia o que estava fazendo.

Porque o corregedor deve ser alguém que está lá muito mais para orientar do que para punir. O Promotor, tirando os que são folgados demais ou corruptos, que esses sim merecem processo, a maioria é gente boa. Erra aqui, erra ali por falta de orientação. O Corregedor precisa ser uma pessoa que acolha esse povo, que oriente. A palavra Corregedor é uma palavra forte. Parece que você está lá para corrigir com palmadas, mas não é isso. Na verdade, o corregedor tem que ser um irmão mais velho, que vai ser um irmão severo com quem faz coisa errada, com quem merece, mas vai orientar o resto. E o Pellegrini agia desse jeito.

APMP: Quando Procurador o senhor também foi presidente do Órgão Especial. Como foi essa passagem? Como eram as reuniões?

A primeira reunião foi engraçada. Marquei para as 13h30. Às 14h30 ainda não tinha chegado ninguém. Depois que a reunião acabou eu disse: “Olha gente, lá em Tietê onde eu morava 13h30 é quando o ponteiro está no um e ponteiro está nos seis. E eu vou começar a próxima reunião desse jeito. Quem não estiver presente, terá ausência.” Na próxima reunião seguinte todo mundo estava lá no horário. O problema é que eu tinha uma pauta tão ocupada que eu não podia ficar desperdiçando tempo.

Nessa época, fizemos também o Regimento Interno do Órgão Especial, fizemos o Regimento Superior do MP, que eu também presidia.

Mas eram reuniões muito agradáveis. Eu nunca tive problema.

APMP: E como foi o final de sua gestão?

Eu fiquei com uma dúvida muito grande do que fazer da minha vida. Porque já se ameaçava essa história de aumentar o tempo de aposentadoria, ter que completar 60 anos. Eu tinha 49 anos e já tinha tempo de serviço para me aposentar, porque quando estudante eu fui professor primário. Eu fiquei naquela dúvida: aposento ou não aposento?

A perspectiva era de ficar na instituição, voltar a dar pareceres. Mas eu não estava animado para dar pareceres depois de fazer tanta confusão aqui dentro. Eu ia morrer de tédio. E também para disputar outra Procuradoria, não tinha mais nem gás para isso. Aí pensei bastante e decidi me aposentar. Fui conversar com o Fleury e expliquei a situação. Não dá pra colocar um guerreiro para tomar conta de carneirinhos.

E aí ele me disse que estava pra fazer uma alteração de secretariado e me pediu para antecipar um pouco a aposentadoria. E foi o que aconteceu. Decidi me aposentar mesmo e fui para a Secretaria de Administração do Estado, onde fiquei uns cinco meses como Secretário. Achei aquilo uma chatice, uma coisa que não funciona de jeito nenhum. Acostumado a fazer as coisas acontecer, cai fora e abri um escritório de advocacia. Na época, imaginei que fosse uma coisa que eu ia fazer para não ser

processado por vadiagem, mas o meu filho que estudava direito resolveu ser advogado. Eu achava que ele ia prestar concurso, mas não, ele quis ser advogado. Graça a Deus a vida me levou para esse lado, porque eu me aposentei em 94 e nunca tive um aumento nos meus vencimentos. O que eu ganhava em 94 eu ganho hoje. E eu tinha muitos gastos. Escola de crianças, imposto, assistência médica, seguro de vida, condomínio, isso tudo aumentou 500%. Como eu ia viver sendo apenas aposentado do MP? Não é que eu estou ganhando rios de dinheiro com a advocacia, mas pelo menos dá pra viver bem.

Aposentadoria

Mas eu sofri muito com a aposentadoria. Embora eu achasse que ia levar aquilo numa boa, eu sofri. Cheguei até a pensar em pedir reversão, que naquele tempo era possível.

Eu quando era assessor, assisti a alguns filmes. E eu não queria que acontecesse comigo. Principalmente alguns senhores que se aposentavam mais idosos e por não ter mais o que fazer na vida, ficava numa tristeza, porque na vida inteira fizeram uma coisa só.

Então quando eu me aposentei, mesmo sofrendo, eu virei à página. Agora não sou mais Promotor, sou advogado. Parei de frequentar o meio. Pode ter gente que tenha interpretado errado, mas eu não quis levar uma vida dupla.

Se você se torna advogado e mantém o espírito preso no MP, você não é nem uma coisa nem outra. Eu quis realmente viver uma vida nova. Mas as saudades batem, as lembranças estão aí. Foi uma época muito, muito boa.